



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEXTA CÂMARA

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Recurso nº. : 123.870  
Matéria : IRPF - Ex(s): 1989  
Recorrente : CARLOS HENRIQUE SANTANA DA FONSECA  
Recorrida : DRJ em SALVADOR - BA  
Sessão de : 24 DE MAIO DE 2001  
Acórdão nº. : 106-11.975

DECADÊNCIA – PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – TERMO INICIAL – O termo inicial para contagem do prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente, em caso de situação fática conflituosa, inicia-se a partir da data em que o contribuinte viu seu direito reconhecido pela administração tributária.

IRPF – PROGRAMA DE INCENTIVO À APOSENTADORIA – ESPÉCIE DO GÊNERO PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – Os valores pagos por pessoa jurídica a seus empregados a título de incentivo à adesão ao Programa de Incentivo à Aposentadoria, assim como em caso de adesão ao PDV, por ter natureza indenizatória, não se sujeitam ao imposto de renda na fonte, nem na Declaração de Ajuste Anual, consoante entendimento já pacificado no âmbito deste Conselho e da Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CARLOS HENRIQUE SANTANA DA FONSECA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencida a Conselheira Iacy Nogueira Martins Moraes.

  
IACY NOGUEIRA MARTINS DE MORAIS  
PRESIDENTE

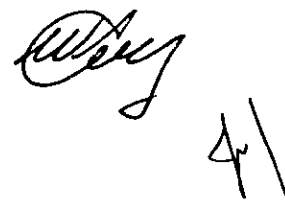
  
WILFRIDO AUGUSTO MARQUES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 05 JUL 2001

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros SUELI EFIGÊNIA MENDES DE BRITTO, ROMEU BUENO DE CAMARGO, THAISA JANSEN PEREIRA, ORLANDO JOSÉ GONÇALVES BUENO, LUIZ ANTONIO DE PAULA e EDISON CARLOS FERNANDES.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

Recurso nº. : 123.870  
Recorrente : CARLOS HENRIQUE SANTANA DA FONSECA


**RELATÓRIO**

Formulou o contribuinte pedido de restituição (fls. 01) relativamente às verbas percebidas no dia 22.12.1988, em decorrência de adesão a Plano de Incentivo à Demissão Voluntária instituído pela Caraíba Metais S/A Indústria e Comércio. Apresenta acordo coletivo de trabalho e termo de rescisão do contrato de trabalho.

A DRF em Salvador/BA indeferiu o pleito (fls. 07/08) fundamentando o julgamento no disposto no Ato Declaratório nº 96/99.

Da decisão interpôs o contribuinte Impugnação (fls. 09/26) aduzindo, quanto à preliminar de decadência, que:

- somente após a edição da IN SRF 165/99 reconheceu a Secretaria da Receita Federal que o imposto retido na fonte sobre as verbas percebidas em razão de plano de demissão incentivada havia sido recolhido indevidamente, pelo que de nada adiantaria aos contribuintes recorrer ao Fisco anteriormente a tal ato;
- anteriormente à edição do Ato Declaratório nº 96/99 havia sido editado o Ato Declaratório Normativo COSIT nº 04/99 pelo qual reconhecia a Receita Federal que o prazo apenas teria início a contar da data do ato administrativo que concedia ao contribuinte o efetivo direito de pleitear a restituição, pelo que tal entendimento não



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

- poderia ter sido modificado posteriormente, ao arrepio do princípio da segurança jurídica e da moralidade administrativa;
- tendo seu pedido sido formulado na vigência do ADN COSIT nº 04/99 não lhe poderia ser aplicado o AD nº 96/99 ante ao que dispõe o inciso XIII, do parágrafo único, do artigo 2º, da Lei 9.784/99:
  - trata-se de modalidade de imposto sujeito ao lançamento por homologação, pelo que aplicável na espécie o disposto no parágrafo 4º, do artigo 150, do CTN, conforme jurisprudência do Conselho de Contribuintes, Justiça Federal e Superior Tribunal de Justiça transcrita em sua peça.

No tocante ao mérito, alega que as verbas percebidas por ocasião de sua adesão ao PDV da empresa tem natureza indenizatória, conforme entendimento pacificado desse Conselho de Contribuintes e do Superior Tribunal de Justiça, cujas ementas transcreve.

A DRJ em Salvador/BA manteve a decisão guerreada (fls. 29/37) por entender ter sido o pedido efetuado após o prazo decadencial. Acerca da discussão sobre o termo inicial em casos em que a exação é declarada inconstitucional pelo STF ou reconhecido seu caráter indevido por ato administrativo, assevera que pelo Ato Declaratório nº 096/99 veio o Secretário da Receita Federal a definir que o prazo contava a partir da data da extinção do crédito tributário, nos termos do artigo 165, I e 168, I, do CTN, pelo que vinculadas estão todas as decisões administrativas a esse entendimento.

Quanto ao mérito, afirma que:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

*"Desta maneira, por força do ato administrativo transcrito, há que se concordar com o argumento do contribuinte quanto a abrangência do programa alcançar todas as indenizações pela saída voluntária, independentemente do tempo para aposentadoria.*

*É de se observar, ainda, que o direito à restituição de eventual indébito tributário encontra fundamento no princípio que veda o locupletamento sem causa do Estado, à semelhança do que ocorre no direito privado".*

Insurgiu-se o contribuinte mediante o Recurso Voluntário de fls. 38/58 em que reitera os termos de sua Impugnação, acrescentando quanto ao mérito, que a natureza dos pagamentos feitos é sempre indenizatória, não importando quanto tempo resta ao empregado para se aposentar. Isto porque o rompimento do contrato de trabalho é sempre "forçado", "*embora tenha a concordância do empregado*" (fls. 57).

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

**VOTO**

Conselheiro WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, Relator

O recurso é tempestivo, na conformidade do prazo estabelecido pelo artigo 33 do Decreto n. 70.235 de 06 de março de 1972, tendo sido interposto por parte legítima, razão porque dele tomo conhecimento.

O litígio versa sobre o início do prazo decadencial para a formalização de pedido de restituição.

Consoante exposto pelo Ilustre Conselheiro José Antônio Minatel, da 8ª Câmara deste Conselho, por ocasião do julgamento do RV 118858, para início da contagem do prazo decadencial há que se distinguir a forma como se exterioriza o indébito. Se o indébito exsurge da iniciativa unilateral do sujeito passivo, calcado em situação fática não litigiosa, o prazo para pleitear restituição tem início a partir da data do pagamento que se considera indevido. **Todavia, se o indébito se exterioriza no contexto de solução administrativa conflituosa, o prazo deve iniciar a partir do reconhecimento pela Administração do direito à restituição.**

Neste sentido também os acórdãos 106-11221 e 106-11261, todos da lavra desta Egrégia Câmara.

Ora, o caso presente é exatamente este. Anteriormente à edição da Instrução Normativa SRF nº 165/98 acreditavam os contribuintes que a retenção na fonte era legal e, por isso, não tinham como pleitear a restituição do valor.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

Posteriormente a esta, contudo, tiveram conhecimento de que o valor havia sido retido ilegalmente e injustamente, pelo que somente a partir deste momento nasceu o direito à restituição.

Veja-se que a edição de tal Instrução criou uma situação de direito até então inexistente. Em sendo assim, o *termo a quo* para a contagem do prazo decadencial do pedido de restituição deve ter início em tal data.

Assim sendo, entendo que *in casu* o pedido de restituição formalizado pelo contribuinte não foi atingido pelo instituto da decadência.

Quanto ao mérito, a matéria foi devidamente apreciada pela autoridade julgadora, conforme transcrição feita no relatório.

Como dito pela autoridade julgadora naquela oportunidade, tratando-se de verba com natureza indenizatória não importa se a saída ocorreu em virtude de pedido de aposentadoria ou não. A hipótese legal pertinente à matéria isenção de tributo em programa de demissão voluntária está prevista no inciso XVIII, do artigo 40, do RIR/94.

Para configurar-se a isenção, segundo tal dispositivo, basta que haja indenização por rescisão do contrato de trabalho ou demissão. Em ambas as hipóteses o que importa, portanto, é o rompimento do contrato de trabalho, seja por acordo entre as partes, seja por ato voluntário do empregador.

No caso em apreciação houve o rompimento do contrato de trabalho em virtude de acordo celebrado por ocasião da adesão pelo contribuinte a plano de incentivo à aposentadoria. Quanto à verba percebida, tem nitidamente caráter



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10580.020121/99-05  
Acórdão nº. : 106-11.975

reparatório pelo rompimento imotivado do pacto laboral, enquadrando-se, assim, no conceito de indenização.


A verba auferida pelo contribuinte não tem outro caráter senão o indenizatório. A adesão do contribuinte ao plano de desligamento só se deu em virtude de tal indenização, do contrário qual benefício adviria a esta optando pelo desemprego? O valor percebido não tem caráter de renda, nem proventos, mas de compensação pela perda do emprego e não representa nenhum acréscimo patrimonial.

O fato de ter o mesmo se aposentado posteriormente ou concomitantemente à adesão é irrelevante já que o que importa é o recebimento ou não de indenização por ocasião do término do vínculo empregatício. Outrossim, é irrisório também o nome dado ao plano, se de incentivo à aposentadoria ou de incentivo ao desligamento, haja vista que todos são espécies do gênero plano de desligamento voluntário.

Cabe salientar, ainda, que o entendimento acima esposado já está pacificado neste Conselho e também na Câmara Superior de Recursos Fiscais, consoante acórdãos 106-10728, 106-44059, 106-11090, CSRF 01-02.687 e CSRF 01-02.690.

Ante o exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento.

Sala das Sessões - DF, em 24 de maio de 2001

  
WILFRIDO AUGUSTO MARQUES